

**A QUESTÃO DA EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NAS ECONOMIAS
DEPENDENTES**

Elizeu Serra de Araujo*

GT 6 – Trabalho e produção no capitalismo contemporâneo

1 INTRODUÇÃO

O artigo examina o modo pelo qual a questão da exploração da força de trabalho se coloca no caso de economias que mantêm uma relação de dependência frente à economia mundial capitalista. Essas economias se diferenciam estruturalmente das economias capitalistas avançadas no tocante ao grau e às modalidades predominantes de exploração da força de trabalho? Ou as diferenças que apresentam são apenas cíclicas ou conjunturais?

Partimos do pressuposto de que as economias dependentes sofrem as repercussões do movimento da acumulação de capital nas economias avançadas – ora das expansões, ora das depressões de longo prazo. Vale dizer que tais economias são afetadas pelo movimento de longo prazo da taxa média de lucro do capital nas economias avançadas, dado o caráter determinante dessa variável sobre a trajetória da acumulação. Isso não significa, porém, que a trajetória das economias dependentes seja um mero reflexo do movimento do capital naquelas economias.

No que se segue, procuramos responder a dois grupos de questões: 1) Por que nas economias dependentes o grau de exploração da força de trabalho tende a ser mais elevado do que nas economias avançadas? Qual a relação entre dependência e maior exploração? (seção 2); 2) As modalidades predominantes de exploração nas economias dependentes são estruturalmente diferentes das vigentes nas economias avançadas? Qual a relação entre dependência e modalidades de exploração? Uma questão relacionada a essa é se a superexploração do trabalho constitui um componente estrutural do desenvolvimento capitalista nas economias dependentes ou se é um fenômeno circunscrito a certas fases do desenvolvimento destas últimas (seção 3).

* Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão. Este trabalho é parte da tese de doutorado do autor, *As condições de exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo: uma análise do período 1990-2007* (2011).

2 ESPECIFICIDADES DAS ECONOMIAS DEPENDENTES RELACIONADAS AO GRAU DE EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A questão das diferenças de taxas de mais-valia entre países avançados e dependentes tem sido objeto de longa controvérsia no marxismo. Não é nossa intenção reproduzi-la aqui. Limitamo-nos a apresentar os argumentos de Marx e de alguns autores críticos e a explicitar nossa posição. O objetivo é verificar se existe relação entre a condição de dependência e a manutenção de um grau de exploração mais elevado.

Em *O capital*, Marx formula a hipótese segundo a qual a taxa de mais-valia é menor nos países em que o modo de produção capitalista (MPC) está menos desenvolvido¹. Mandel indica quais são os pressupostos implícitos nessa hipótese de Marx:

[...] naqueles países, a tecnologia capitalista não é usada na produção, a produtividade do trabalho é muito menor e a parte da jornada de trabalho em que o trabalhador simplesmente reproduz seu próprio salário é consequentemente muito maior do que nos países metropolitanos.²

Em resumo, o argumento de Marx parece repousar na ideia de que a maior produtividade da economia mais desenvolvida se traduzirá num tempo de trabalho necessário à reprodução dos meios de subsistência menor, portanto num valor da força de trabalho mais baixo, do que na economia menos desenvolvida. Sendo a força de trabalho, por hipótese, remunerada em ambas as economias de acordo com o seu valor, a taxa de mais-valia na primeira será mais elevada, demonstrando o peso que nela assume a produção da mais-valia relativa.

Mandel argumenta que essa não é uma lei geral. Considera que “a taxa de mais-valia não é uma função direta da produtividade do trabalho”³. Assim, o fato de a produtividade ser menor nos países subdesenvolvidos não significa que a taxa de mais-valia seja necessariamente menor nesses países, uma vez que os salários podem ser aí muito mais baixos do que nos desenvolvidos, graças à dimensão do seu exército industrial de reserva (EIR)⁴.

¹ Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*. Livro I, tomo 2. São Paulo, Abril Cultural, 1984, cap. 20.

² Ernest Mandel, *O capitalismo tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982, p. 56n.

³ Idem, *ibidem*, p. 56n.

⁴ O autor enuncia algumas das condições que podem levar a uma taxa de mais-valia mais elevada nos países subdesenvolvidos: “Se o número total de desempregados aumentar nas colônias e simultaneamente diminuir nos países metropolitanos, e se a redução do tempo de trabalho necessário para reproduzir os meios de subsistência do trabalhador nos países metropolitanos for parcialmente neutralizada por um aumento no volume de mercadorias consumidas pelo trabalhador, enquanto esse volume permanece constante (ou mesmo decresce) nas colônias, então um aumento menor na produtividade do trabalho nas colônias certamente poderá

Mariña e Moseley, em seu estudo sobre a evolução da taxa de lucro na economia mexicana entre 1950 e 1999, estimam que a taxa de mais-valia é de duas a três vezes mais elevada no México do que nos Estados Unidos. Os autores propõem a seguinte interpretação para o fenômeno, que vai na contramão da previsão de Marx:

A explicação desse resultado poderia ser que a análise de Marx, em *O capital*, está situada em um nível de abstração muito alto que não considera muitos fatores concretos, entre eles as interações entre as distintas economias nacionais. Um desses fatores é que, se por um lado a importação de tecnologias avançadas por parte dos países menos desenvolvidos reduz a brecha de produtividade com respeito aos países mais avançados, por outro a brecha salarial se mantém pelo grande excesso relativo de população nos países menos desenvolvidos, que ainda atravessam processos de “acumulação originária” (isto é, de expulsão dos camponeses para os centros urbanos). Essa combinação resultaria na mais alta taxa de mais-valia nos países menos desenvolvidos.⁵

A ocorrência de uma taxa de mais-valia maior nos países dependentes é partilhada também por Marini⁶, embora isso esteja mais implícito em seus textos. Seu argumento quanto a esse ponto é que os capitalistas desses países necessitam de um “mecanismo de compensação” das perdas que sofrem com as transferências de valor, seja no âmbito do comércio internacional, seja nas próprias economias dependentes, para os capitalistas estrangeiros que operam dentro de determinado ramo de produção. Esse mecanismo consiste no aumento da taxa de mais-valia⁷.

O que torna isso possível? Ao contrário do que ocorre nas economias avançadas, nas economias dependentes o salário tende a situar-se sistematicamente abaixo do valor da força de trabalho, em função da dimensão do EIR. Essa desigualdade estrutural entre os dois polos da economia mundial pode levar a uma taxa de mais-valia mais elevada nas economias dependentes⁸. Marini, no entanto, não deixa claro como esse comportamento dos salários se articula com o da produtividade do trabalho nas duas economias. Ora, na medida em que a taxa de mais-valia depende não apenas do salário, mas também da produtividade, o argumento

ser acompanhado por um aumento na taxa de mais-valia comparativamente maior do que nos países metropolitanos” (Idem, *ibidem*, p. 56n).

⁵ Abelardo Mariña Flores e Fred Moseley, “La tasa general de ganancia y sus determinantes en México: 1950-1999”. *Economía: teoría y práctica*, México, nueva época, n. 15, 2001, p. 55.

⁶ Essa leitura da abordagem de Marini é feita também por Gloria Martínez González, “Algumas evidências da superexploração nos países subdesenvolvidos: a atualidade do pensamento de Marini”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 4, jun. 1999.

⁷ Ruy Mauro Marini, *Dialéctica de la dependencia*. México, Era, 1973, p. 35-6. Idem, “El ciclo del capital en la economía dependiente”. In: Úrsula Oswald (org.), *Mercado y dependencia*. México, Nueva Imagen, 1979, p. 47-9.

⁸ Supõe-se que o *valor* da força de trabalho seja menor nas economias dependentes do que nas economias avançadas. É que, embora o valor médio dos meios de subsistência seja maior nas primeiras, o *volume* desses meios de subsistência é menor.

repousa, como nos autores anteriores, na hipótese de que o salário é tão baixo na segunda economia, a ponto de mais do que neutralizar a vantagem da primeira em termos de produtividade.

À luz dos argumentos avançados por esses autores, fica claro que o tratamento apropriado da questão das diferenças de taxas de mais-valia entre países avançados e dependentes exige que levemos em conta dois fatores: o diferencial de *produtividades* e o diferencial de *salários reais*. Embora o nível de salários seja condicionado pelo nível de produtividade, não se pode deixar de considerar que outros fatores interferem na determinação dos salários, de modo que as diferenças nesta última variável podem ser superiores às existentes na primeira, o que resultaria numa taxa de mais-valia mais alta nos países dependentes.

Entre esses outros fatores que incidem sobre os salários nos países dependentes, destaca-se a dimensão que neles assume o EIR. A grande dimensão deste último constitui uma pressão constante sobre a restrita parcela dos trabalhadores que conseguem emprego, que são obrigados a submeter-se a salários e a condições de trabalho muito degradados. Reencontramos aqui a tendência do capital a compensar a redução do número de trabalhadores produtivos (isto é, absorvidos em atividades geradoras de mais-valia) mediante o aumento do seu grau de exploração.

Posto isso, pensamos não ser possível estabelecer uma lei geral acerca do nível da taxa de mais-valia nos dois grupos de economias considerados (conforme já sugerido por Mandel). Apenas o trabalho empírico pode lançar luz sobre a questão. Os esforços feitos até aqui parecem confirmar a hipótese de uma taxa de mais-valia mais elevada nos países em que o MPC está menos desenvolvido⁹. O que significa que o nível mais baixo de produtividade vigente nesses países tem sido largamente ultrapassado pelo nível, ainda mais baixo, dos salários reais.

⁹ Tomemos, por exemplo, Martínez (op. cit., p. 111). A autora constata, a partir de dados de Alice Amsden, que “os países mais produtivos possuem uma taxa de mais-valia baixa, enquanto os países menos produtivos têm uma taxa de mais-valia alta”. Esse resultado se baseia numa amostra de 20 países. Dos 10 países com taxa de mais-valia alta, oito são países de baixa produtividade. Dos 10 países com taxa de mais-valia baixa, oito são países de alta produtividade. As exceções ficam por conta de dois países com alta taxa de mais-valia e alta produtividade e dois outros com baixa taxa de mais-valia e baixa produtividade. A correlação positiva, concebida por Marx, entre maior produtividade e maior taxa de mais-valia só é observada no interior de cada bloco de países (definidos em função do nível de produtividade). Os dados se referem apenas à indústria. Uma conclusão semelhante é obtida pela mesma autora a partir da comparação do *salário relativo* (a razão entre os salários dos trabalhadores produtivos e o produto social) entre México e Estados Unidos no período 1960-1990. Lembremos que os movimentos do salário relativo são contrários aos da taxa de mais-valia. Os resultados apontam para uma exploração maior no México do que nos Estados Unidos (o diferencial se mantém, com ligeiras oscilações, ao longo do período analisado). Gloria Martínez González, “Una comparación del salario relativo entre México y Estados Unidos, 1960-1990”. *Economía: teoría y práctica*, nueva época, n. 6, 1996.

A questão que se coloca neste ponto é se existe alguma relação entre esse nível mais alto de exploração e a condição de dependência. Em particular, aqui é examinado o vínculo entre um nível de exploração mais elevado e as transferências de valor que as economias dependentes realizam para as economias avançadas.

As transferências de valor ocorrem através de dois mecanismos, correspondentes aos fluxos de mercadorias e aos fluxos de capital. No primeiro caso, elas decorrem da tendência ao intercâmbio desigual; no segundo, da condição de receptores líquidos de investimento estrangeiro em que se encontram os países dependentes.

O intercâmbio desigual consiste na troca de quantidades desiguais de trabalho no mercado mundial¹⁰. Sua causa básica reside na diferença nos níveis da produtividade do trabalho entre os países que participam do comércio mundial¹¹. Supondo-se que os países troquem mercadorias diferentes e supondo-se igual taxa de mais-valia, o nivelamento internacional das taxas de lucro implicará uma transferência de valor do país de composição orgânica do capital mais baixa para aquele de composição mais alta. Trata-se, portanto, de uma transferência *entre ramos*, decorrente da diferença entre o preço de produção e o valor.

De fato, a transferência de valor não se limita a esse aspecto. Se o país de composição orgânica do capital mais baixa encontra-se em desvantagem também dentro do ramo em que opera (se tem produtividade inferior à média do ramo), a fixação de um preço único para a mercadoria implicará uma transferência de valor para o país com maior produtividade. Essa transferência *no interior do ramo* decorre da diferença entre o valor individual e o valor social. Trata-se, enfim, da operação do mecanismo do lucro extraordinário, com a diferença de que os capitalistas que atuam no ramo em questão pertencem a países diferentes.

Em relação às rendas de capitais – a segunda forma de transferência de valor a que aludimos –, importa distinguir as rendas correspondentes ao investimento externo direto daquelas que remuneram os empréstimos e financiamentos e os investimentos de portfólio. O crescimento dessa forma de transferência está relacionado, no primeiro caso, ao aumento das exportações de capital para os países dependentes a partir do último quarto do século XIX, motivado pela tendência à queda da taxa de lucro nos países imperialistas¹². A tendência à queda da taxa de lucro também subjaz à expansão dos investimentos financeiros nos países dependentes a partir da crise iniciada em fins dos anos 1960 nos países avançados

¹⁰ Mandel, op. cit., p. 253-4.

¹¹ Idem, ibidem, p. 44.

¹² Idem, ibidem, p. 55-6.

(superacumulação de capital). Por fim, o crescimento das rendas de capitais se deve, no caso da fase atual, às maiores facilidades para a transferência de lucros e dividendos ao exterior e às altas taxas de juros oferecidas pelos países dependentes.

Retomando a pergunta sobre a existência de relação entre o nível da taxa de mais-valia nos países dependentes e as transferências de valor, devemos considerar que, embora não exista uma relação de *proporcionalidade* entre a dimensão das transferências e o nível da taxa de mais-valia (se assim fosse, seria de esperar que essa taxa se reduzisse nos momentos em que o volume de transferências se reduz – por exemplo, em função da melhora dos termos de intercâmbio), parece claro que os capitalistas dos países dependentes tentam lançar o peso delas sobre os trabalhadores¹³. A possibilidade de fazê-lo está ligada à condição estrutural de que dispõem, qual seja, a presença de um grande EIR que coloca os salários reais médios em níveis sumamente baixos para os padrões das economias avançadas.

3 ESPECIFICIDADES DAS ECONOMIAS DEPENDENTES RELACIONADAS ÀS MODALIDADES PREDOMINANTES DE EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Nas economias dependentes, o aumento da produtividade do trabalho como meio para incrementar a taxa de mais-valia – e, portanto, como base para a extração de mais-valia relativa – é, em termos tendenciais, secundário. Uma primeira razão desse papel limitado do aumento da produtividade reside na dependência dessas economias de inovações tecnológicas, que geralmente são monopólio das economias avançadas.

Há um segundo fator para a pouca importância que têm os aumentos de produtividade: o excedente de trabalhadores nessas economias faz com que o salário real situe-se, por longos períodos, abaixo do valor da força de trabalho. Essa condição impede o capital de recorrer ao uso de maquinaria em larga escala. O problema já havia sido identificado por Marx a propósito da maquinaria¹⁴. É retomado por Marini¹⁵, a propósito do desenvolvimento capitalista na América Latina; e também por outros autores¹⁶.

¹³ É esse o ponto realçado por Marini.

¹⁴ “A própria máquina, em países há mais tempo desenvolvidos, produz, por sua aplicação em alguns ramos de atividade, tal excesso de trabalho [...] em outros ramos, que aí a queda do salário abaixo do valor da força de trabalho impede o uso da maquinaria e torna-o supérfluo, frequentemente impossível, do ponto de vista do capital, cujo lucro surge de qualquer modo da diminuição não do trabalho aplicado, mas do trabalho pago”. Marx, *O capital*, cit., p. 22.

¹⁵ *Dialéctica de la dependencia*, cit.

¹⁶ É o caso de Mandel (op. cit., p. 39), ao tratar da produção de matérias-primas nos países dependentes na etapa do “imperialismo clássico”.

Diante disso, o elemento relevante para o incremento da taxa de mais-valia é a regressão salarial, de forma direta – através da redução do poder aquisitivo dos salários – ou indireta – através de mecanismos como o prolongamento da jornada e a intensificação do trabalho, ambos os métodos implicando redução do salário-hora.

A questão é se essa tendência das economias dependentes a privilegiar mecanismos mais “primitivos” de aumento da taxa de mais-valia se mantém nas diferentes etapas do desenvolvimento do MPC. Restringindo mais o horizonte temporal da questão: a tendência se mantém nas diferentes fases da acumulação capitalista?

A tese da superexploração do trabalho, formulada de forma mais acabada por Marini, responde afirmativamente à questão acima. Ou seja: tenta mostrar que, nas economias dependentes, a predominância de métodos “primitivos” de aumento da exploração não é exclusiva do seu período de formação, nem de determinada etapa do MPC, nem tampouco das fases depressivas da acumulação. Alude, antes, a elementos *constitutivos* de suas formações sociais – reprodução de um enorme excedente de força de trabalho não absorvido em atividades capitalistas; dificuldade de acesso a inovações tecnológicas.

A superexploração se configura, de acordo com Marini, sempre que *o salário situa-se abaixo do valor da força de trabalho*. Isso se verifica nas situações seguintes: (i) há um rebaixamento do salário real, com o que parte do fundo de consumo do trabalhador se converte em fundo de acumulação; (ii) ocorre prolongamento da jornada de trabalho ou intensificação do trabalho sem aumento proporcional do salário¹⁷. Esse caso difere do anterior, pelo fato de que aqui não se trata de *rebaixamento* do salário. A questão é que o aumento extensivo ou intensivo da jornada implica *aumento do valor da força de trabalho*¹⁸.

Em contrapartida, o incremento da taxa de mais-valia obtido mediante o aumento da força produtiva do trabalho não implica superexploração. O aumento da taxa de mais-valia decorre, nesse caso, da redução do trabalho necessário, vale dizer, da redução do valor da força de trabalho. Portanto, aqui, o salário não cai abaixo do valor da força de trabalho. Pode corresponder a este último ou, eventualmente, situar-se acima dele.

De acordo com Marini, a razão última pela qual os capitalistas dos países dependentes lançam mão, majoritariamente, de mecanismos de superexploração do trabalho reside na já aludida disponibilidade de um grande EIR. É a presença deste último o principal

¹⁷ Marini, *Dialéctica de la dependencia*, cit., p. 38-9.

¹⁸ “Sabemos, com Marx, que qualquer variação na magnitude extensiva ou intensiva do trabalho faz variar no mesmo sentido o valor da força de trabalho. O prolongamento da jornada e o aumento da intensidade do trabalho acarretam um maior gasto de força física e, portanto, um desgaste maior que, dentro de certos limites, incrementa a massa de meios de vida necessários à sua reposição”. Marini, “Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)”. *Revista mexicana de sociología*, México, número especial, 1978, p. 98.

fator a impedir os trabalhadores de obter êxito em suas reivindicações de uma remuneração que pelo menos compense o maior desgaste de sua força de trabalho¹⁹.

Na medida em que, por definição, a superexploração corresponde ao pagamento de um salário abaixo do valor da força de trabalho, sua vigência por períodos prolongados pode comprometer a reprodução normal da força de trabalho. No entanto, isso não representa maior preocupação no caso das economias dependentes²⁰. Por outro lado, o receio de que o amplo uso desse recurso possa no longo prazo desembocar em graves problemas de realização é afastado pelo fato de que a produção latino-americana, durante grande parte do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, se destina basicamente ao mercado mundial, não dependendo da capacidade interna de consumo²¹. A industrialização por substituição de importações, que tem lugar na América Latina durante a fase expansiva do capitalismo no pós-guerra, não altera essencialmente esse quadro, uma vez que ela nasce para atender a uma demanda preexistente, representada pelo que Marini denomina de “esfera alta da circulação”, composta pelos detentores da mais-valia e camadas a ela associadas. Quer dizer, ela privilegia a produção de mercadorias que, em geral, não fazem parte do consumo operário²².

Esse desenvolvimento histórico deixa claro, para Marini, que a superexploração constitui uma tendência de longo prazo, sendo inerente às economias dependentes. Como tal, não está vinculada a determinadas conjunturas. Aqui são necessários dois reparos, que não invalidam a tese.

i) Embora a superexploração seja uma característica constitutiva do capitalismo dependente, sua dimensão pode variar de acordo com a fase da acumulação de que se trate. Claramente, as fases depressivas são mais propícias à fixação do salário por baixo do valor da força de trabalho;

ii) Nada impede que o aumento da produtividade assuma importância crescente no incremento da taxa de exploração nas economias dependentes, embora não em grau comparável às economias avançadas, devido, principalmente, à dimensão do EIR, que desestimula o emprego de capital fixo. Quer dizer, embora continue sendo uma forma secundária de incremento da exploração, seu peso pode ser crescente.

¹⁹ Marini, “El ciclo del capital”, cit., p. 49-50.

²⁰ Ver Marini, *Dialéctica de la dependencia*, cit., p. 52.

²¹ Idem, ibidem, p. 50-2.

²² Idem, ibidem, p. 61ss.

4 CONCLUSÃO

A retomada do debate sobre as especificidades da exploração da força de trabalho nas economias dependentes é necessária para a adequada compreensão de certos aspectos do capitalismo contemporâneo. Tanto a manutenção de uma taxa de mais-valia mais elevada nas economias dependentes quanto a presença, nelas, de modalidades regressivas de exploração apontam para a importância que essas economias continuam a ter na reprodução do capital em nível global.

A manutenção de um grau superior de exploração nas economias dependentes está associada a certas tendências da fase atual do capitalismo. Por um lado, o papel crescente dessas economias no tocante à busca de novas fronteiras de valorização produtiva; por outro, a incorporação dessas economias ao processo de expansão do capital na esfera financeira. Num caso como noutro, as economias dependentes estão diante de uma intensificação das transferências de valor com que precisam arcar, o que exige um aumento do grau de exploração de seus trabalhadores.

Ao lado disso, chama a atenção a incapacidade do sistema capitalista de generalizar para as economias dependentes métodos “modernos” de produção de mais-valia, sobretudo num contexto de crescimento do EIR. A tendência que se esboça vai no sentido contrário, ou seja, de “exportação” de modalidades regressivas de exploração para as economias avançadas.